

O ORIENTALISMO DE MARY WOLLSTONECRAFT SOB A ÓTICA DE NAWAL EL SAADAWI: UM DIÁLOGO INTERCULTURAL

THE ORIENTALISM OF MARY WOLLSTONECRAFT UNDER NAWAL EL SAADAWI: A CROSS-CULTURAL DIALOGUE

Sarah Bonfim¹ e Flávia Abud Luz²

Resumo: Há uma contradição a qual impede que a leitura de *Reivindicação dos direitos da mulher* (1792), de Mary Wollstonecraft, flua como um projeto de liberdade: as posições dela com relação aos turcos muçumanos, em especial às mulheres desse grupo. Neste artigo, nossa proposta é apresentar uma contribuição a esse debate, partindo de excertos do livro que tangenciam dois pontos considerados fundamentais em nossa análise: a questão cultural do harém e a questão religiosa sobre a negação de uma alma imortal às mulheres muçulmanas. Para isso, recorreremos à obra de Nawal El-Saadawi tendo em vista duas importantes perspectivas, a saber, o conceito de outridade de Grada Kilomba e a concepção de diálogo intercultural de Abdullah An-Na'im. Nesse sentido, nosso objetivo é contribuir para a reflexão sobre os preconceitos reiterados na obra de Wollstonecraft. Buscamos discutir esses aspectos sem que sejam desconsideradas outras contribuições da filósofa para a história da filosofia política.

Palavras-chave: Orientalismo; harém; liberdade; diálogo intercultural

Abstract: There is a contradiction that prevents the reading of Mary Wollstonecraft's *Vindication of the Rights of Women* (1792) from flowing as liberty project: her positions regarding the Muslim Turkish people, especially women from this group. In this article, our proposal is to present a contribution to this debate, based on excerpts from the book that touch on two points considered fundamental in our analysis: the cultural issue of the harem and the religious issue about the denial of an immortal soul to Muslim women. Therefore, we resorted to the work of Nawal El Saadawi, keeping in mind two important perspectives, specifically, Grada Kilomba's concept of *Otherness* and Abdullah An-Na'im's concept of *intercultural dialogue*. In this sense, our objective is to contribute to the reflection on the prejudices repeated in Wollstonecraft's work. We seek to reflect on the aspects without disregarding the philosopher's other contributions to the political philosophy history.

Key Words: Orientalism; harem; freedom; intercultural dialogue

¹ Doutoranda em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), processo nº 2021/0227-5. Integrante do grupo de estudo Filosofia Política da Unicamp e da New Voices, rede internacional de pesquisadores em história da filosofia vinculada à Universidade de Paderborn, na Alemanha. Link para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0117787962602105>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9135-9040>. Contato: sarah_bonfim@yahoo.com.br

² Doutoranda em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Especialista em Política e Relações Internacionais e graduada em Relações Internacionais pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP). Integrante dos grupos de pesquisa Resistências: Controle Social, Memória e Interseccionalidades e Grupo de Estudos e Pesquisa em Migrações Internacionais (Migrepi), da UFABC; Ylê-Educare: Educação e Questões Étnico-Raciais, da Universidade Nove de Julho (Uninove); e Grupo de Pesquisa em Gênero, Raça e Interseccionalidades (GINA). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Link para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4539509603341152>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5979-3445>. Contato: flavia.abud.luz@hotmail.com.

Introdução

Em sua obra de 1792, *Reivindicação dos direitos da mulher*, Mary Wollstonecraft (1759-1797) apresenta o desenvolvimento da razão como uma das questões centrais a liberdade feminina. Todavia, ao ler esta obra como um plano para a liberdade, nota-se uma contradição que impede que a leitura flua: as posições de Wollstonecraft com relação ao povo oriental, em especial os turcos e mulçumanos, e as mulheres desse grupo.

Destacamos que, na análise realizada neste artigo, tomamos o conceito de liberdade em Wollstonecraft como a noção de não-dominação, como proposto por Lena Halldenius³ (2015). Nessa interpretação, ser livre é ser independente e não ser dominado em nenhuma esfera, seja ela social, econômica ou intelectual (Halldenius, 2015: 26). Como argumentaremos adiante, para ser livre, de acordo com Wollstonecraft, é necessário independência financeira, capacidade de ação e, principalmente, uma educação que possibilite o desenvolvimento racional. As mulheres, sejam elas orientais ou ocidentais, não tinham nenhuma dessas possibilidades e, conseqüentemente, não poderiam alcançar a independência. Sucessivas vezes, Wollstonecraft destaca como as mulheres orientais seriam, supostamente, mais dependentes do que as ocidentais, utilizando esse preconceito como um contraexemplo em sua argumentação pela liberdade das mulheres inglesas.

Quanto a isso, há um histórico de discussão que abarca as questões do orientalismo de Wollstonecraft. Começando pela influência que ela exerce em outras escritoras do século XIX (Joyce Zonana, 1993: 592), discute-se o peso religioso cristão-protestante nos escritos da filósofa e seus conseqüentes preconceitos (Samara Cahill, 2010: 22), além do viés cultural, isto é, juízos de valor acerca de práticas sociais e costumes. Esses julgamentos mesclam, de um lado, o projeto liberal e humanista da filósofa, que pleiteia os direitos humanos independente do sexo, e, de outro, um projeto liberal e imperialista que faz uma diferenciação preconceituosa entre Ocidente e Oriente (Eileen Hunt Botting, 2016: 156). A contribuição da bibliografia existente consiste em mostrar a responsabilidade que Wollstonecraft tem na propagação de um tipo de discurso entre as teóricas e escritoras feministas que a sucederam, ou seja, um discurso que promove uma imagem caricatural e pouco plausível da realidade dos países de religião islâmica, especialmente sobre os turcos mulçumanos (Botting, 2016: 156).

Neste artigo, nossa proposta é apresentar uma contribuição a esse debate, partindo de excertos de *Reivindicação dos direitos da mulher* que tangenciam dois pontos considerados fundamentais em nossa análise. Primeiro, a comparação que Wollstonecraft faz entre a educação deficiente que as mulheres ocidentais recebem em suas sociedades e as mulheres orientais em um harém. O segundo ponto refere-se à uma suposta negação de

³ Dentro dos estudos wollstonecraftianos, há diversos debates e interpretações acerca do conceito de liberdade e de como ele poderia ser analisado nas obras da filósofa. Aqui, optamos pela interpretação republicana que Halldenius realiza, a fim de apontar as contradições do pensamento de Wollstonecraft no tocante às questões das mulheres orientais.

uma alma imortal às mulheres orientais, elemento indispensável para pensar o projeto de independência feminina em *Reivindicação dos direitos da mulher*.

Nosso objetivo é olhar para esses excertos sob duas perspectivas. A primeira procura analisar o discurso de Wollstonecraft a partir do que Grada Kilomba⁴ (2019) chama de outridade. Ao se apoiar no *mito da mulher muçulmana*, Wollstonecraft faz disso um contraexemplo do que ela pleiteava para as mulheres britânicas e europeias. Nesse sentido, é indispensável uma análise que considere tanto o gênero quanto a raça para compreender qual o lugar que Wollstonecraft concede às mulheres orientais. Ao atribuir-lhes uma sujeição natural, ela se ancora em preconceitos sobre um determinado povo sem questioná-los.

É importante ressaltar que Wollstonecraft parte da observação própria das mulheres que lhes são contemporâneas. No tocante ao povo islâmico, ela demonstra um conhecimento histórico e cultural superficial e orientalista, utilizando-se de recursos subjetivos, como relatos de viajantes europeus e outros discursos enviesados, para embasar seus argumentos e exemplos.

A segunda perspectiva colabora para a interpretação desses trechos com o intuito de realizar uma *mediação cultural*, nos termos do teórico sudanês especializado em direitos humanos Abdullahi Ahmed An-Na'im (2007). Para ele, o *otimismo pragmático* parte do pressuposto de que, a partir do diálogo e da escuta, é possível estabelecer uma relação que respeite os direitos humanos de uma forma que não seja nem ingênua e muito menos simplista. Só assim seria possível estabelecer um *diálogo intercultural* [*cross-cultural dialogue*], cujo propósito é compreender as interações entre os elementos religiosos e culturais, bem como as diferenças entre o indivíduo e o dogma religioso. An-Na'im também considera fundamental que as questões internas a uma cultura não sejam analisadas – e consequentemente julgadas – por um ator externo, visto que é necessário que o diálogo intercultural seja mediado por um ator proeminente dentro de sua sociedade.

Tomando essa perspectiva de An-Na'im como fio condutor, propomos a interpretação e análise da obra de Wollstonecraft a partir da ótica da egípcia, muçulmana e feminista Nawal El Saadawi. Importante nome do feminismo egípcio e regional, El Saadawi desenvolve, em suas produções, temas sensíveis, tais como a mutilação genital feminina (MGF) e as diversas formas de violência física, psicológica ou sexual infligidas às mulheres na sociedade egípcia; e a observação das interações entre as formas de opressão

⁴ Optamos por utilizar, neste artigo, o conceito de *outridade*, da filósofa e artista plástica multidisciplinar Grada Kilomba, em decorrência das discussões que podem ser desenvolvidas a partir de suas reflexões críticas acerca da representação mental/ideal feita pela intelectualidade europeia sobre o que é ou deveria ser o sujeito universal (homem, branco e europeu). Além disso, Kilomba convida seus leitores e espectadores à reflexão sobre temas centrais para o pensamento decolonial, principalmente ao apontar a colonialidade presente na linguagem, história e epistemologia de países que foram colonizados. Com isso, ela afirma que o projeto colonial se estruturou em um plano de poder, que também detinha uma vertente intelectual como forma de legitimação. Kilomba propõe uma abordagem interdisciplinar entre poder, cultura, política e economia como forma de superar tal projeto e valorizar o conhecimento, as experiências e ideias dos povos colonizados, a fim de compreender o mundo.

patriarcal, religiosa e econômica que impõem às mulheres padrões morais específicos, como a vinculação do corpo feminino à honra familiar, em uma lógica patriarcal que reforça a manutenção do domínio masculino com argumentos que aglutinam práticas sociais anteriores à introdução do Islã e interpretações mais restritas da própria religião. Além disso, El Saadawi faz reflexões relevantes para a compreensão da influência do imperialismo ocidental na região do Oriente Médio e norte da África, sobretudo ao destacar que essa presença externa intensifica as contradições sociais, políticas e religiosas já existentes, tendo conduzido a respostas extremas, como o ressurgimento de ideologias religiosas de vertente radical.

O exercício de debate que realizamos aqui é imaginativo. Por se tratar de duas filósofas que viveram em contextos políticos e sociais diferentes, e que, dessa forma, refletiram sobre temas que são frutos da realidade e das discussões de seus respectivos séculos, isto é, séculos XVIII e XX, nós objetivamos oferecer uma análise na qual apresentamos a importância de um determinado pensamento, como é o caso de Wollstonecraft, considerando as suas falhas e contradições.

Ainda que Mary Wollstonecraft tivesse clareza quanto às opressões sofridas pelo seu sexo, bem como a iniciativa de cobrar uma posição de filósofos como Edmund Burke (1729-1797) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), ela não foi capaz de superar a mentalidade imperialista de seu país. Nascida em Londres no século XVIII, a filósofa viveu em um momento que a Inglaterra possuía muitas colônias no continente africano. Mesmo que ela tivesse consciência dos problemas decorrentes da colonização, ao apoiar movimentos como a independência norte-americana ou apontar os problemas decorrentes da exploração das plantações de açúcar no continente africano, Wollstonecraft não teve a mesma clareza quanto aos turcos e mulçumanos. Botting relata que, nessa época, circulavam na Europa muitos estereótipos orientalistas, tais como o do “mulçumano estúpido” e dos egípcios como progenitores do modelo de escravidão tão odiado pelos iluministas (Botting, 2016: 157). Nesse sentido, ao reproduzir esses estereótipos em seus escritos, Wollstonecraft não supera uma visão imperialista, difundida e reiterada.

Já Nawal El Saadawi nasceu no século XX, na cidade de Kafr Thala, localizada próxima ao Cairo, capital do Egito, na década de 1930. Nesse momento, o país, ainda dependente do mandato inglês, vivenciava a circulação e o fortalecimento de correntes intelectuais, políticas e religiosas que já circulavam na região desde as últimas décadas do século XIX. Dentre essas correntes, destacamos o modernismo islâmico e suas tensões com o tradicionalismo religioso, os movimentos nacionalistas e pan-árabe e o feminismo egípcio.

Compreendemos modernismo islâmico como um movimento desenvolvido ainda no fim do século XIX que advoga pela reforma da tradição islâmica, com ênfase na relevância do Corão e da *Sunnah*. Esse movimento tem como objetivo compatibilizar as necessidades dos indivíduos na sociedade moderna e garantir um dinamismo e flexibilidade para as

sociedades muçulmanas. Como resultado, há o desenvolvimento da consciência feminista e ativista das mulheres, bem como da linguagem e o aparato teórico-religioso para a busca de alterações em seu status legal e social.

Ao tomar como base o princípio da interpretação livre ou independente (*ijtihad*) e transferi-lo para os âmbitos social e legal (dos direitos), por exemplo, os reformadores e as ativistas pelos direitos das mulheres ampliaram o escopo das reformas do modernismo islâmico. Primeiro, entre as mulheres de classe média alta, as demandas mais comuns relacionaram-se aos seguintes aspectos: a) questionamentos voltados à reclusão física das mulheres, que podia ser observada nas ações quase totalmente restritas ao espaço doméstico, bem como na compreensão até então vigente sobre a obrigatoriedade do uso do véu; b) alterações nas leis de família (código de status pessoal), com ênfase maior nos temas do divórcio (ou seja, a possibilidade de ampliar à mulher o direito de separação) e aumento da idade mínima para se casar; c) ampliação do sistema educacional com vistas a elevar o nível conferido às mulheres, assim como desenvolver meios para a sua atuação como professoras.

Inserida nesse contexto, Nawal El Saadawi pôde observar desde a infância as contradições entre os debates políticos, religiosos e sociais, principalmente no que tange às possibilidades de redefinição das leis de família (status pessoal), com a independência e a manutenção de entendimentos tradicionais acerca dos papéis de gênero; ou seja, da existência de padrões morais diferenciados que eram impostos às meninas e mulheres e aos meninos e homens. Tais padrões, de acordo com El Saadawi (2007: 17-32), eram resultado de uma interação entre uma moral religiosa rígida, que se apropriou de costumes e práticas já existentes, e da religião, a fim de legitimar discursos que reforçaram o domínio masculino.

Nosso objetivo com este artigo é contribuir para um espaço de reflexão sobre os preconceitos reiterados na obra de Wollstonecraft, especificamente em *Reivindicação dos direitos da mulher*. Buscamos discutir esses aspectos sem que sejam desconsideradas outras contribuições da filósofa para a história da filosofia política. Para isso, iremos realizar o seguinte percurso: na primeira seção (1a.), apresentaremos os *primeiros princípios* de Wollstonecraft, cujo propósito é servir de base para os argumentos que pleiteiam a liberdade feminina. Através das concepções de razão, virtude e conhecimento, ela espera contestar argumentos de caráter sexistas que negavam às mulheres o direito ao desenvolvimento da razão; na seção seguinte (1b.), apresentaremos o pensamento de Nawal El Saadawi, com enfoque principalmente nos temas relacionados ao mito religioso, na atuação da teórica enquanto importante voz da cultura árabe, bem como defensora da emancipação feminina, destacando suas contribuições; na última seção (2), esmiuçamos alguns excertos de *Reivindicação dos direitos da mulher*, nos quais Wollstonecraft parte de determinados preconceitos culturais e religiosos, e os analisamos à luz dos escritos de El Saadawi, buscando construir um espaço de mediação cultural.

1. Duas perspectivas localizadas em tempos e lugares diferentes: Mary Wollstonecraft e Nawal El Saadawi

a. Mary Wollstonecraft e a inclusão das mulheres na concepção de humanidade

A liberdade, neste sentido simples e não sofisticada, reconheço, é uma ideia justa que ainda nunca recebeu uma forma nos vários governos que foram estabelecidos em nosso belo globo; o demônio da propriedade sempre esteve por perto para invadir os sagrados direitos dos homens e cercar com terríveis leis de pompa que guerreiam com a justiça. Mas que resulta do fundamento eterno do direito – da verdade imutável – quem se atreveria a negar, que pretende ser racional – se a razão os levou a construir sua moralidade e religião sobre um fundamento eterno – os atributos de Deus? (Wollstonecraft, 1993: 7).

Neste pequeno excerto, retirado de *Reivindicação dos direitos dos homens*, Wollstonecraft passa por ideias que serão perenes em sua produção. A crítica aos governos civis, à liberdade, à justiça e à razão, ao lado da virtude e do conhecimento, compõe o quadro filosófico de Wollstonecraft. Tanto na *Reivindicação dos direitos dos homens* quanto em *Reivindicação dos direitos da mulher*, ela se debruça sobre esses temas, ora os alargando para a humanidade, ora os estreitando para a condição das mulheres. O compromisso que Wollstonecraft tem com a liberdade em sua teoria abrange todas as pessoas de uma sociedade.

Ao discutir sobre preconceitos de caráter sexista e de como eles perpassam a opinião pública, Wollstonecraft afirma que impera uma *tiranía do homem* (2016: 39), isto é, há um preconceito geral de que as mulheres não seriam capazes de desenvolver a sua razão, pois supostamente não teriam *suficiente força mental* para serem virtuosas. No entanto, ela afirma que esse posicionamento é falso, pois a Providência não poderia ter criado caminhos diferentes para homens e mulheres em direção à virtude e à felicidade. Em um tom hipotético, ela afirma não fazer sentido que, ao mesmo tempo, as mulheres tenham uma alma e uma capacidade de virtude diferente da dos homens. Nas palavras dela:

[S]e reconhecermos que elas têm alma, poderíamos pensar que há apenas um caminho designado pela Providência conduzindo a humanidade à virtude ou à felicidade. Então, se as mulheres não são um enxame de seres frívolos e efêmeros, por que deveriam ser mantidas na ignorância, sob o enganoso nome de inocência? Os homens se queixam, com razão, da insensatez e dos caprichos de nosso sexo, quando não satirizam de forma mordaz nossas paixões impetuosas e nossos vícios abjetos. Responderei: eis o efeito natural da ignorância! (Wollstonecraft, 2016: 39).

Wollstonecraft possui uma visão de ser humano baseada na ideia da existência de um Criador que imprimiu alguns de seus atributos na criação. Essa criação pode ser dividida entre os seres humanos e os seres brutos. A criação bruta, isto é, os animais, merecem tanto respeito quanto os seres humanos, porém, eles não são dotados de uma razão que se *aperfeiçoa*. Inclusive, é essa a marca distintiva entre os seres humanos e os animais: uma capacidade de razão que se aprimora em contínuo progresso até a morte. A fim de esclarecer

essas questões e defender seu argumento, Wollstonecraft baseia-se no que ela chama de *verdades mais simples* ou *princípios básicos* (Wollstonecraft, 2016: 31). Esse princípio reúne as concepções de razão, virtude e conhecimento, e é de ordem metafísico-teológica, cuja justificativa recai na existência de uma alma imortal e dotada da capacidade de raciocinar e se aprimorar.

A razão para Wollstonecraft é o que “une a criatura ao seu Criador” (2016: 78), e, por isso, trata-se de uma “emanação da Divindade” (Wollstonecraft, 2016: 78). Ao lado de *virtude e conhecimento*, a razão representa uma pedra angular para o argumento de Wollstonecraft quanto aos direitos das mulheres. Para a filósofa, a faculdade da razão não era distinta para homens e mulheres. Assim, é necessário que elas sejam instruídas tal como os homens, tanto pela família quanto pelo Estado, materializado na escola. Com a sua razão desenvolvida, elas poderiam se tornar cidadãs livres.

Para que a cidadania seja completa, Wollstonecraft argumenta que há direitos e deveres que devem ser garantidos e cumpridos. Dentre os deveres estão o cumprimento de seus papéis enquanto mães e cidadãs, e, dentre os direitos, deve-se garantir a capacidade de agir por si mesmas, a independência financeira e o desenvolvimento da razão. A faculdade da razão é imprescindível para reger o Estado, cujas leis e decisões devem basear-se unicamente na razão, e não nos costumes.

Os costumes, inclusive, serviriam de justificativa para apartar as mulheres da vida intelectual. Visto pela filósofa como parte da cultura e, conseqüentemente, dos costumes, a naturalização do mito da criação de acordo com a tradição judaico-cristã, na qual a mulher provém de uma parte do homem, faz com que a imagem da mulher, diminuída para o papel de companheira e servidora, seja mantida. Essa naturalização ocorre em muitos campos da vida social, porém, ressaltamos um. Na filosofia, Jean-Jacques Rousseau caracteriza o papel social da mulher como aquela que serve e agrada aos homens. Para Rousseau, a razão nas mulheres seria apenas de caráter prático, colocando-as plenamente à disposição dos homens e do cuidado com a família (Rousseau, 2014).

Não obstante, percebe-se que a postura de Rousseau é um efeito de um problema muito maior: a tradição judaico-cristã, que dá ensejo suficiente para que o lugar de dominação da mulher seja naturalizado⁵. Quanto a isso, Wollstonecraft afirma que

É provável que a opinião prevalecente é de que a mulher foi criada para o homem tenha surgido da poética história de Moisés; todavia, como se supõe que muito poucos dos que pensaram seriamente sobre o tema sempre presumiram que Eva

⁵ Embora possamos apontar para filósofos como Aristóteles, que antecedem tradições monoteístas, isto é, que já apontavam para argumentos misóginos e que colocavam a mulher em posição inferior aos homens, aqui trataremos a religião como um fator que pode contribuir para a popularização e reforço de discursos patriarcais. Em *História das crenças e das ideias religiosas I – da idade da pedra aos mistérios de Elêusis* (2010), o estudioso das religiões Mircea Eliade discute as diversas expressões do sagrado feminino no Ocidente e Oriente. Ao descrever as formas de religiosidade nos períodos mesolítico e neolítico, Eliade (2010: 41-69) destaca que, com o avanço da agricultura, uma nova relação foi estabelecida entre a fertilidade da mulher e a terra, ou seja, uma forma de reconhecimento de que as mulheres tinham papel fundamental no “mistério da criação”.

era, literalmente, uma das costelas de Adão, tal dedução deve ser esquecida ou admitida apenas como prova de que o homem, desde a mais remota Antiguidade, achou-a conveniente para exercer sua força, a fim de subjugar sua companheira, e utilizou sua invenção para mostrar que a mulher deveria ter seu pescoço sob jugo, porque toda a criação foi feita apenas para a conveniência e o prazer do homem (Wollstonecraft, 2016: 47).

A admissão de que o mito da criação judaico-cristão é o que fundamentaria a relação entre os sexos, equivale dizer que o *único* ser criado com o devido esmero é o ser humano do sexo masculino. No entanto, convicta de sua posição de que a Providência não teria o plano de criar hierarquias entre os diferentes seres da mesma espécie, Wollstonecraft defende que, embora os homens possam de fato alcançar graus mais elevados de virtude (2016: 47), apenas porque eles possuem espaço de desenvolvimento de sua razão, a Providência não poderia ter criado naturezas de virtude diferentes:

De fato, como poderia ser assim, se a virtude possui apenas um padrão eterno? Portanto, se eu raciocino de forma lógica, devo afirmar que as virtudes seguem a mesma simples direção com tanto vigor como afirmo a existência de um Deus (Wollstonecraft, 2016: 47).

A fim de provar que as mulheres não seriam naturalmente incapazes, mas a sua suposta incapacidade seria fruto de uma socialização deficiente e enviesada, Wollstonecraft as compara aos soldados. No segundo capítulo de *Reivindicação dos direitos da mulher*, ela argumenta que mulheres e soldados compartilham da superficialidade de conhecimentos, apego à aparência e ao prazer porque prontamente são jogados na vida, sem uma preparação preliminar. Sem que tenham tempo necessário para desenvolver integralmente a sua racionalidade, passam a frequentar os espaços sociais e, precocemente, tornam-se seres mais sociais do que racionais. Nas palavras dela:

as distinções inaturais estabelecidas na vida civilizada excluíram ambos [mulheres e soldados] de uma posição de utilidade. As riquezas e as honras hereditárias têm feito das mulheres nulidades, servindo apenas para dar valor à cifra numérica; e a indolência tem produzido um misto de galanteria e despotismo na sociedade, o que leva os próprios homens, escravos de suas amantes, a tiranizar suas irmãs, esposas e filhas (Wollstonecraft, 2016: 45).

Essas distinções inaturais, isto é, heranças e poder hereditário, reiterados a partir da recorrência de narrativas que se apoiam nos costumes e nos mitos religiosos, não contribuem para o progresso e aperfeiçoamento social. Embora Wollstonecraft se apoie em uma base teológica, ela cuidadosamente escolhe e descarta o que não contribui para a inclusão das mulheres em sua concepção de humanidade. Seria papel da educação o de quebrar esses preconceitos, de modo a agir com o objetivo de conceder a independência às mulheres. Wollstonecraft afirma: “fortaleça a mente feminina, expandindo-a, e haverá um fim à obediência cega” (2016: 45). A partir da expansão da razão, a construção de uma sociedade mais justa, que não fosse baseada na obediência dos mais pobres aos mais ricos, das mulheres aos homens e dos súditos aos reis, se tornaria uma realidade. O que

Wollstonecraft vislumbrou foi uma transposição dos valores e costumes naturalizados de sua época, a partir da sua racionalização e do questionamento sobre eles, reivindicando uma revolução com o objetivo de incluir o seu sexo na humanidade:

É hora de efetuar uma revolução nos modos das mulheres – hora de devolver-lhes a dignidade perdida – e fazê-las, como parte da espécie humana, trabalhar reformando a si mesmas para reformar o mundo. É hora de separar a moral imutável dos modos locais (Wollstonecraft, 2016: 67).

b. Nawal El Saadawi e a busca pelas faces das mulheres árabes

São as mulheres árabes que podem formular a teoria, as ideias e os modos de luta necessários para se libertar de toda opressão. Somente seus esforços podem criar uma mulher árabe, viva com sua própria originalidade, capaz de escolher o que é mais genuíno e valioso em sua cultura, tradição, bem como assimilar o progresso da ciência e pensamento moderno. Mulheres árabes conscientes que não vivem mais sob a ilusão de que a liberdade virá como um presente dos Céus, ou ser concedida a elas pelo cavalheirismo dos homens, mas entendem que o caminho para a liberdade é árduo, e que o preço a pagar é alto. Essas mulheres sozinhas são aquelas que levaram os outros à emancipação total (Saadawi, 2007: L, tradução nossa).

Essas palavras figuram no prefácio de *The Hidden Face Of Eve* (2007) [*A face oculta de Eva: as mulheres do mundo árabe*], obra central do pensamento crítico desenvolvido pela escritora e feminista egípcia Nawal El Saadawi (1931-2021). El Saadawi foi uma mulher que dedicou décadas de sua vida e trabalho como escritora, ativista e psicanalista, abordando temas delicados para a sua audiência nacional e local, a saber: as relações estabelecidas entre religião, política e sociedade; o desenvolvimento e a manutenção de modelos de feminilidade nas sociedades árabes; os direitos das mulheres nas famílias e a violência, física ou psicológica, que atingia seus corpos; a busca da liberdade pelo conhecimento através da educação; e o perigo dos discursos ocidentais que perpetuam estereótipos acerca da sujeição feminina, não reconhecendo a potencialidade e pluralidade das formas que sua agência poderia assumir.

A partir das análises das relações estabelecidas entre religião, política e sociedade, El Saadawi (2007) conduz seus leitores aos principais tópicos de sua obra, bem como de seu ativismo político. Destacamos as suas noções de liberdade perante as diversas formas de opressão, o questionamento de modelos de feminilidade e papéis de gênero e o resgate da história e memória de ativismo das mulheres árabes ao longo do tempo.

Ao discutir a existência na sociedade egípcia, a qual ela denominou como *padrão moral duplo*, em que diferentes exigências sociais, deveres e direitos são direcionados para mulheres e homens, El Saadawi (2002) destacou que, com base em costumes e culturas pré-islâmicos, além de interpretações patriarcais do Islã⁶, perpetuaram-se ideias como a manutenção do domínio masculino e o estabelecimento de papéis de gênero específicos na sociedade.

⁶ Tomando como base a obra *A face oculta de Eva* (2002), é possível compreender que, para El Saadawi, as interpretações patriarcais do Islã advêm das leituras das fontes sagradas da religião, como o Corão, realizadas historicamente por homens dotados de posições de poder religioso e/ou social.

El Saadawi aponta a fragilidade dessas construções em torno do gênero, sustentadas por interpretações patriarcais das fontes religiosas, sobretudo com a influência judaico-cristã, cuja separação entre corpo e alma ou desejo e razão conduziam, por exemplo, a uma noção de inferioridade feminina, em que as mulheres representavam o corpo, ou seja, um elemento terreno e meramente mundano, enquanto os homens eram tidos como um exemplo da razão. No entanto, com base na análise e interpretação do mito da criação da humanidade⁷ no Islã e as influências judaico-cristãs, bem como as condições socioeconômicas das diferentes sociedades árabes que estabeleceram seus padrões morais a partir de interpretações da religião islâmica, El Saadawi argumenta que a suposta inferioridade feminina é um equívoco.

Para El Sadaawi (2002), o mito da criação da humanidade, tal como apresentado pela interpretação da história de Adão e Eva que figura no Antigo Testamento e no Corão, “mostra claramente a injustiça sofrida pela mulher na tentativa de se mascarar sua situação com uma santificação religiosa com a finalidade de destruir qualquer dúvida, discussão ou resistência” (El Saadawi, 2002: 152). Em outras palavras, a atitude com relação à Eva, entendida como pecadora quando induz o homem a um ato que contradiz Deus, contraria o que Nawal acreditava ser a essência de Deus e da própria criação. A noção de justiça baseada no reconhecimento de que não deveria existir discriminação entre Adão e Eva, visto que ambos seriam dotados da mesma essência e capazes de desenvolver sua razão, era suprimida na narrativa acima mencionada.

Além de desafiar a justiça, princípio fundamental do Islã desde sua formação no século VII, El Saadawi argumenta que o conflito estabelecido em algumas interpretações entre corpo e alma ou corpo e razão foi desfavorável às mulheres muçulmanas. A influência judaico-cristã e a cultura local apresentavam a El Saadawi uma Eva que era apenas corpo e sexo, não possuindo as mesmas qualidades mentais do homem e, portanto, que era incompleta. Diante dessa imagem, e em consonância com um sentimento de injustiça perante a posição da mulher, El Saadawi recorre à mitologia egípcia para demonstrar que a mulher foi, por muito tempo, antes das religiões monoteístas, vista como a fonte “de toda a ação, trabalho e criação” (2002: 155), enquanto o homem era resultado de uma ação feminina, seja pela própria geração da vida ou por consequência das ações de mulheres.

As interpretações patriarcais feitas acerca dos ensinamentos e princípios religiosos islâmicos não influenciaram apenas o entendimento do mito da criação humana, mas serviu também de base para o desenvolvimento das leis de família segundo a jurisprudência clássica (*fiqh*) e dos papéis de gênero na sociedade. Ao examinar os padrões de feminilidade, sobretudo no que tange ao amor e a beleza, assim como Wollstonecraft, El Saadawi enfatiza que a sociedade deve fazer uma observação crítica dos valores herdados, pois, para ela, aqueles valores não “desceram para nós dos Céus, na verdade, eles não são mais do que o

⁷ Entendido, para os propósitos do artigo, como um conjunto de narrativas desenvolvidas pelas religiões monoteístas (judaísmo, cristianismo e islamismo) para descrever as origens do mundo e da humanidade.

reflexo da sociedade patriarcal e de classes, em que uma classe governa a outra e o homem governa a mulher” (2007: 149, tradução nossa).

El Saadawi argumenta que “retirar da mulher seus traços positivos naturais é equivalente a dispensá-la de suas responsabilidades como ser humano” (2007: 151, tradução nossa). Dito de outro modo, os traços ou qualidades positivas que tinham sido valorizados na história antiga egípcia, tais como a vitalidade, a generosidade e a inteligência, passaram a ser relacionados de forma mais direta ao universo masculino, e à mulher restou apenas o hímen, a *pele externa ou invólucro* e as preocupações em ocupar-se dele, protegendo-o e guardando-o para manter a sua honra, e por extensão a de sua família, até o casamento. Assim:

Feminilidade significa fraqueza, ingenuidade, negatividade e resignação em que as meninas e as mulheres estão preocupadas. Todas essas qualidades se enquadram bem no papel imposto pela sociedade às mulheres; o papel como esposa devotada ao marido e aos filhos. [...] A masculinidade, por outro lado, deve ser distinguida por qualidades que são o oposto absoluto, as qualidades de um mestre, como a força, a determinação, a iniciativa e a ousadia (El Saadawi, 2007: 159-160, tradução nossa).

A busca por uma abertura com relação aos padrões de feminilidade torna-se, portanto, um elemento central na argumentação de El Saadawi acerca da completa libertação da mulher das forças sociais, religiosas e políticas que a oprimem. A busca da liberdade pelo conhecimento, através da educação, está presente em obras como *Woman at Zero Point* (2007) [*A mulher com olhos de fogo: o despertar feminista*] e *Memoirs of a Woman Doctor* (2001), nas quais El Saadawi argumenta que a possibilidade de estudar e desenvolver habilidades como a razão permitiriam que a mulher equilibrasse a balança de poder da sociedade patriarcal. Muito presente em tal assertiva está a ideia de que o conhecimento – em um sentido foucaultiano⁸ – constitui uma forma importante de poder social, que, no caso da sociedade egípcia, era destinado com maior empenho aos meninos e homens que poderiam dedicar suas vidas ao estudo religioso, das leis ou, ao menos, concluir os estudos até o ensino médio, enquanto as mulheres deveriam se ater ao trabalho doméstico.

Além de apresentar um exame crítico a respeito das relações entre religião, política e economia e propor questionamentos precisos acerca das relações de gênero nas sociedades árabes, El Saadawi usou sua voz para combater discursos ocidentais que perpetuam estereótipos em torno da sujeição feminina, pois a atribuíam a uma falta de agência das mulheres ou estritamente à religião. De acordo com a autora, as mulheres que vivem em uma sociedade patriarcal, seja no Ocidente ou no Oriente, podem se tornar alvo de atitudes que visam a impedir as tentativas de mudanças estruturais, sejam econômicas, políticas e/

⁸ O escritor francês Michel Foucault (1926-1984) contribuiu para diversas áreas do conhecimento ao enfatizar a importância de compreender a construção dos discursos que determinam na sociedade formas de dominação, controle e disciplina. O enlace entre o poder e o conhecimento está presente em obras como *A arqueologia do saber* (2014), *Vigiar e punir* (2014) e *História da sexualidade I* (1999), nas quais Foucault destaca que o conhecimento pode ser entendido como uma forma de poder que legitima ou não determinados discursos.

ou sociais, sendo que cada sociedade dentro de um recorte temporal desenvolve e modifica os instrumentos dessa estratégia.

Nas sociedades árabes, a religião e os costumes são geralmente acionados por discursos tradicionalistas para evitar essas mudanças, porém, não significa que a totalidade da população concorde com tal interpretação da doutrina religiosa, sobretudo se observarmos as formas alternativas de agência na busca por direitos nos âmbitos religioso e político, sobretudo junto às leis de família. Ao descrever a atuação de mulheres egípcias nos movimentos religiosos, a antropóloga Saba Mahmood (2006: 121-154) discutiu, em consonância com El Saadawi, a necessidade de tencionar a noção de agência humana apresentada na teoria feminista ocidental e liberal, que, de acordo com a autora, buscava compreender a atuação de mulheres inseridas em tradições religiosas tidas como patriarcais a partir do binômio dominação e resistência. Mahmood (2006: 126-136) apresenta um passo importante no estudo sobre a atuação feminina em contexto muçulmano ao sugerir o rompimento com tal binarismo e conferir espaço para a observação de outras formas de agência, “como uma capacidade para a ação criada e propiciada por relações concretas de subordinação historicamente configuradas” (Mahmood, 2006: 123).

Como buscamos demonstrar nessa seção, Wollstonecraft e El Saadawi possuem importantes aproximações no que tange ao papel social designado à mulher, bem como a função dos mitos e da socialização na criação de uma imagem supostamente estática das mulheres. Tendo isso em vista, propomos, na seção seguinte, expor os trechos em que Wollstonecraft se refere às mulheres muçulmanas e à religião islâmica, contextualizando cada um dos excertos, e, em seguida, apresentar uma problematização de cada uma das partes, recorrendo à El Saadawi para embasar essa leitura e interpretação crítica de *Reivindicação dos direitos da mulher*.

2. Orientalismo presente em *Reivindicação dos direitos da mulher*

Embora estejam localizadas em contextos históricos, sociais e econômicos diferentes, Wollstonecraft e El Saadawi projetam em seus horizontes reivindicações muito parecidas, sobretudo ao reconhecerem as mulheres como sujeitos independentes e questionarem os costumes enquanto norteadores sociais. A indignação que ambas cultivam e transformam em teoria são semelhantes em natureza e intensidade: por que a mulher não recebe um tratamento *humanizado* por parte da sociedade?

No entanto, há algo que as separa e que não pode ser ignorado: Wollstonecraft, enquanto cidadã britânica, ocupa um lugar diferente de El Saadawi: em suma, Wollstonecraft é cidadã de uma nação imperialista e El Saadawi tem como origem uma nação colonizada, o Egito. Mesmo que Wollstonecraft tenha se esforçado para apontar a exploração que seu país infligia a regiões da África⁹, o tecido cultural no qual estava inserida não a salvou da

⁹ Em *Uma história dos povos árabes*, o pesquisador Albert Hourani (2001: 269-356) dedica boa parte de sua análise histórica e política ao entendimento da atuação europeia na região do Oriente Médio e no

ignorância de quem apenas *ouve* ou *lê* a perspectiva de povos não europeus a partir de relatos de viajantes e teóricos, cujo compromisso com o seu continente sobrepunha uma visão diversa e verdadeiramente engajada com outros grupos.

Outro aspecto que precisa ser questionado sobre a teoria de Wollstonecraft é a sua universalidade. Como apontamos na seção anterior, ela baseia seu projeto de liberdade no que chama de princípios básicos, cuja implicação é uma alma imortal, dotada de uma razão perfectível e que seja capaz de angariar conhecimento e se tornar virtuosa. No entanto, em algumas partes do seu texto, Wollstonecraft não poupa a reprodução de preconceitos acerca das mulheres muçulmanas, caindo na armadilha que ela mesma aponta em *Reivindicação dos direitos da mulher*, a saber, o de se apegar às primeiras impressões, sem que haja um verdadeiro escrutínio do conhecimento recebido de fora. Posto de outra forma, pelo tipo de educação e estímulos a que estão sujeitas, as mulheres tendem a ser reféns das primeiras impressões que recebem acerca de um objeto ou fato externo. Assim, por não passar pelo crivo da razão e não receber um tratamento adequado, a informação se tornaria um preconceito em vez de um conhecimento (Wollstonecraft, 2016: 152).

Preconceito é “uma forma de persuasão apaixonada e obstinada para a qual não se pode dar razão alguma” (Wollstonecraft, 2016: 147). Além disso, o preconceito não passa de uma mera opinião, uma vez que carece da validação da razão. É nesse sentido que propomos a análise dos preconceitos que Wollstonecraft reitera acerca dos povos árabes e islâmicos. Em *Reivindicação dos direitos da mulher*, deparamo-nos com duas imagens preconceituosas sobre esses povos: uma religiosa, relacionada ao Islã e a sua forma de lidar com as mulheres, e uma cultural, retomada por Wollstonecraft pela figura do harém.

No que tange à religião, já na introdução da obra, na passagem em que Wollstonecraft afirma ser incontornável passar pelos livros dos homens de gênio sobre a educação, ela argumenta que, mesmo que esses homens sejam considerados os mais respeitáveis de seu campo teórico, a respeito da educação das mulheres, eles se aproximam das produções mais frívolas, pois à “verdadeira maneira maometana” (2016: 25), as mulheres são retratadas como um tipo de ser subordinado, sendo consideradas seres a parte da espécie humana.

Em outro momento, ao analisar um trecho de *Paraíso perdido*, de John Milton (1608-1674), Wollstonecraft afirma que o poeta opta por enquadrar as mulheres em um “sentido maometano”, insinuando que o poeta pretende privar as mulheres de uma alma, além de colocá-las em uma posição de “seres concebidos apenas para a graça doce e atraente e a obediência dócil e cega destinadas a satisfazer os sentidos do homem, quando ele não pode mais voar nas asas da contemplação.” (Wollstonecraft, 2016: 39).

norte da África. Hourani argumenta que o século XIX marca uma era de domínio europeu, visto que, com o desenvolvimento da produção fabril e a organização de novas formas de comunicação e de comércio, as potências europeias, sobretudo a inglesa, a francesa e a russa, ampliaram seu poder militar e conquistaram diversas áreas e sociedades muçulmanas que estavam sob a influência do Império Otomano (séculos XIII-XX). Regiões que desfrutavam de certa autonomia, como o Egito, a Argélia e a Tunísia, passaram por um processo de reforma administrativa, jurídica e militar que estabeleceu uma aliança instável entre os interesses estrangeiros e dos políticos locais.

Em um terceiro momento, ao discutir sobre os prazeres e como as mulheres são mais vulneráveis às sensações por terem os seus sentimentos exacerbados em detrimento da razão, Wollstonecraft afirma que a efemeridade do prazer compromete a capacidade de busca pelas virtudes que dignificam a humanidade, colocando a mulher no lugar de um ser da sensação. Por estar sempre destinada a só esperar, receber e valorizar esses prazeres, Wollstonecraft argumenta que

ela não possui uma alma imortal, podendo desperdiçar a vida apenas adornando sua pessoa para entreter as lânguidas horas e suavizar as preocupações de um semelhante disposto a ser distraído por seus sorrisos e trejeitos, uma vez terminados os afazeres sérios da vida (Wollstonecraft, 2016: 51).

E, para ela, essas qualidades seriam indispensáveis apenas para um harém, de modo a não contribuir para o estabelecimento saudável de uma família nos moldes que ela vislumbra.

É importante notar que a família, para Wollstonecraft, tem um papel importante: enquanto um microcosmo do Estado, possui a função de preparar os indivíduos no âmbito doméstico para que sejam cidadãos virtuosos e auxiliem no aperfeiçoamento da sociedade. Tendo isso em vista, notamos que a autora sempre se refere ao harém como um contraponto à família, uma vez que ele seria um espaço dedicado apenas ao prazer, onde os homens mandam e as mulheres obedecem (Wollstonecraft, 2016: 91, 118). Na introdução de *Reivindicação dos direitos da mulher*, ela alega que as mulheres estão fadadas a aprender nos sistemas tradicionais de educação, o que as torna “meros animais” (Wollstonecraft, 2016: 28). Fragilizadas por essa educação precária, Wollstonecraft afirma que, nesses termos, as mulheres seriam úteis apenas para servir a um harém e não para cuidar dos filhos e governar uma família (Wollstonecraft, 2016: 29).

Mais adiante, Wollstonecraft afirma que, para que um casamento corra bem, as qualidades esperadas de uma mulher não poderiam ser apenas a docilidade e a submissão. É necessário que ela também fomente a sua racionalidade, a fim de que se mantenha saudável e cumpra suas obrigações de modo consciente. No entanto, no sistema educacional da época, são estimuladas características como o afeto sem o respaldo da razão, além do afastamento das mulheres de atividades que possam contribuir para o fortalecimento do entendimento. Essas características são tidas como naturalmente femininas, no entanto, Wollstonecraft argumenta que elas são socialmente difundidas e mantêm as mulheres na superficialidade. Mais uma vez ela afirma que uma mulher educada nesse sistema serviria apenas para um harém e não para uma família, cujo papel é o de contribuir com o Estado (Wollstonecraft, 2016: 51).

É natural o espanto ao se deparar com essas caricaturas do Oriente em *Reivindicação dos direitos da mulher*, pois, ao nosso ver, uma parcela da cultura muçulmana é reduzida ao harém e ao mito de que há uma negação de uma alma para as mulheres. No afã de fomentar o crivo da razão e um juízo justo dos fatos, Wollstonecraft cai na armadilha que ela mesma denunciava: a das primeiras impressões. Com efeito, Eileen H. Botting, em *The Problem of*

Cultural Bias (2016), ressalta justamente que, se por um lado a educação autodidata de Wollstonecraft permitiu a ela ver as contradições do paternalismo de sua sociedade, por outro, não permitiu que ela superasse os seus preconceitos acerca de culturas não-ocidentais. Botting também nota outras três coisas. A primeira é que Wollstonecraft era leitora dos escritos de viajantes europeus ao Oriente, os quais foram responsáveis por alimentar a imagem que a filósofa tinha desses povos, especialmente dos turcos e dos muçulmanos. A segunda observação é que boa parte da formação de Wollstonecraft vem de espaços cristãos-protestantes, cujas ideias circulantes acerca dos povos islâmicos e russos ortodoxos eram preconceituosas. A terceira é a de que o círculo intelectual do qual a filósofa fazia parte tomava o Ocidente como modelo de progresso e evolução (Botting, 2016: 166).

Ao partir do pressuposto que o Ocidente é um modelo de progresso, Wollstonecraft corrobora, ainda que não diretamente, com a ideia de que os povos não-ocidentais precisam ser colonizados, pois, de certo modo, só assim eles atingirão um ideal de razão – como proposto pelos *primeiros princípios*. Outro problema do característico orientalismo¹⁰ de Wollstonecraft é o fato de que há a junção de dois marcadores sociais da diferença que reforçam a criação do mito da mulher muçulmana oprimida e o do homem muçulmano agressivo. Sobre isso, Grada Kilomba (2019: 38) afirma que são construções nas quais raça e gênero são indissociáveis. O duplo poder que essa construção tem serve para reforçar o que Kilomba chama de *outridade*. A exploração da figura de uma *outra(o)* nada mais é do que construir uma imagem que representa aquilo que é recusado por quem a constrói. Nas palavras de Kilomba: “nós [não-brancos] nos tornamos a representação mental daquilo que o sujeito branco não quer se parecer” (2019: 38).

Nesse sentido, a construção de uma imagem da mulher muçulmana é oferecida como um contraexemplo e precisa ser discutida na chave não só do sexismo, mas também do racismo. Ao sobrepor a religião ao sexo, Wollstonecraft extrai conclusões precipitadas acerca da cultura dos povos muçulmanos, criando uma situação única: uma opressão que é bilateral e inviabiliza os esforços históricos das mulheres muçulmanas em superar os

¹⁰ O intelectual e crítico literário Edward Said publicou, no final da década de 1970, aquela que passou a ser considerada sua obra principal, intitulada *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, em que recorreu a uma extensa quantidade de textos escritos acerca do Oriente (desde relatos de viagem, tratados políticos, poemas, peças, romances de ficção e escritos do século XVIII até a atualidade) para analisar a construção cultural e política da região no imaginário ocidental, bem como as consequências desses discursos para a vida das sociedades muçulmanas. Assim, Said (2007) sintetiza uma primeira noção do conceito de orientalismo da seguinte forma: “ (...) é um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre o “Oriente” e (na maior parte do tempo) o “Ocidente”. Assim, muitos escritores, dentre os quais poetas, romancistas, filósofos, teóricos políticos, economistas e administradores imperiais, têm aceitado a distinção básica entre o Leste e o Oeste como ponto de partida para teorias elaboradas, epopeias, romances, descrições e relatos políticos a respeito do Oriente, seus povos, costumes, “mentalidades”, destino e assim por diante (2007: 29)”. De acordo com Said (2007), o orientalismo tem na academia sua manifestação mais facilmente recordada, porém, existe uma série de intercâmbios entre os entendimentos acadêmico e imaginário acerca do Oriente, que, ao longo dos séculos XVIII e XIX, aproximou suas dimensões histórica e material ao transformar esse discurso em uma espécie de instituição autorizada a lidar com e, em diversos momentos, a falar pelo Oriente, permitindo que as potências do Ocidente exerçam seu poder militar e político na região.

problemas que lhes eram impostos. Assim, em vez de buscar fontes que mostrem os avanços e o protagonismo dessas mulheres¹¹, Wollstonecraft contribui para que elas permaneçam em lugares de dependência, adicionando um terceiro elemento opressor: o imperialismo e uma consequente presunção de superioridade do Ocidente com relação aos povos orientais.

Ao fazer isso, Wollstonecraft rompe com seu próprio desejo de universalismo. Mesmo que ela reconheça que as mulheres orientais e ocidentais convivam com o mesmo problema da opressão masculina e do consequente cerceamento do desenvolvimento intelectual e social, ela não supera a mentalidade imperialista inglesa. Ao chamá-la de imperialista, ressaltamos a sua insuficiência em buscar uma integração dos povos que não estejam circunscritos ao continente europeu¹².

Em contrapartida, Nawal El Saadawi possui a clareza que Wollstonecraft não tem: ao apontar para as questões referentes não apenas ao gênero, mas também ao enlace entre aquele marcador social e outros, tais como raça, classe e religião, ela desenvolve uma análise de cunho interseccional.

A preocupação em discutir aspectos da sociedade – sobretudo a moral social rígida que se utilizou da narrativa religiosa como forma de legitimação e de angariar influência e ratificar autoridades locais e governos – era fruto da observação e das experiências pessoais de amigas, conhecidas e pacientes, entendidas como centrais para a compreensão das várias formas de opressão econômica, religiosa, política e social que afligiam as mulheres em diversas sociedades árabes no século XX.

Além de observar as construções discursivas existentes no interior da sociedade egípcia e, em certa medida, na região do Oriente Médio e norte da África, devido a experiências vividas em países como o Sudão, El Saadawi discute a influência de personagens e figuras como aquelas que pertencem à narrativa de *As mil e uma noites*¹³, junto aos textos e às ideias elaboradas por orientalistas¹⁴ acerca da *alma árabe*, visto que “eles consideram que essas

¹¹ Lady Mary Wortley Montagu (1689-1762) é apontada por Al-Rawi (2008) como um exemplo positivo de autora e poetisa inglesa que se dedicou a compreender o Oriente e o Islã em maior profundidade, desvincilando-se de visões hegemônicas e masculinas descritas em relatos de viagem. Casada com um diplomata inglês que trabalhou em Constantinopla, Lady Montagu viveu alguns anos na Turquia (entre 1716-1718) e, em cartas redigidas para amigos e familiares, descreveu com maior objetividade aspectos da vida e cultura “oriental”, expondo as falácias que eram reforçadas na literatura de viagem. Montagu criticava aspectos como a falta de entendimento dos autores europeus sobre a vivência das mulheres orientais; o excesso de generalizações acerca da vida dos homens e da religião (práticas observadas e locais, como as mesquitas); a obsessão ocidental pelo controle da emoção diante da espontaneidade e naturalidade observadas por ela na Turquia.

¹² Em *Vindications of the Rights of Men* e *Reivindicação dos direitos da mulher*, há passagens que deixam claro o posicionamento de Wollstonecraft contra a escravidão e o sequestro de pessoas negras para o trabalho forçado nas Américas. No entanto, o uso de figuras de linguagem negativas, cujo protagonismo é do povo mulçumano, evidencia a sua limitação em compreender os diferentes aspectos culturais e regionais de cada povo.

¹³ A origem dos contos apresentados na obra ainda não foi estabelecida com exatidão, porém, acredita-se que eles eram transmitidos de forma oral a partir da antiga Pérsia e foram difundidos para outras sociedades e regiões ao longo da dinastia Sassânida. A obra foi traduzida para o francês por Antoine Galland no início do século XVIII e teve uma grande repercussão entre o público em geral e, em especial, na mente dos estudiosos, compondo um imaginário ocidental acerca da região geográfica e imaginária denominada Oriente (Maria I. C. Guedes, 2002).

¹⁴ El Saadawi emprega o termo orientalista para designar os pesquisadores ocidentais que o utilizaram por entenderem que, ao escrever a respeito do Oriente, eram especialistas na região (El Saadawi, 2007: 270). A

histórias, especialmente aquelas que tratam de amor e intrigas sexuais, permitem uma compreensão do caráter árabe, vendo-as como chaves para abrir as portas da alma árabe” (El Saadawi, 2007: 270, tradução nossa).

El Saadawi (2007: 270-278) aponta a hipocrisia do etnocentrismo europeu, que retoma aspectos parciais da cultura e da sociedade árabe por meio de imagens que refletem setores específicos da sociedade, sobretudo as classes altas, seus modos de vida e graus de interação com o Ocidente, a fim de retratar o Oriente como um *outro* homogêneo, parado no tempo e, portanto, passível da ação civilizatória europeia. As imagens previamente fixadas no tempo do harém, da Sherazade e do árabe sexualizados que costumavam ser contrapostas àquelas do Ocidente, principalmente da sociedade inglesa, se atualizam ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, assim:

A figura do homem árabe ávido por sexo em um extenso harém é mantida com uma insistência dúbia até hoje. Sem exceção os filmes, revistas e jornais que circulam dos produtores ocidentais, e das salas escuras de seus monopólios retratam o homem árabe em busca das saias das mulheres, cobiçando o corpo de loiras sedutoras, e gastando seu dinheiro ou extinguindo sua sede por álcool ou sexo. As mulheres árabes, por sua vez, são descritas como pessoas que se contorcem e giram como cobras em suas danças, exibindo suas barrigas nuas e quadris trêmulos, seduzindo com a promessa de uma paixão sombria, brincalhona, secreta e intrigante, uma imagem dos palácios de As Mil e Uma Noites e das escravas do Califa, Haroum El Rachid (El Saadawi, 2007: 271-272, tradução nossa).

A noção de harém como algo físico, um espaço privado (familiar) que seria destinado apenas às mulheres é observada de maneira diferente por El Saadawi: sob a perspectiva da segregação entre mulheres/meninas e homens/meninos vivenciada na sociedade egípcia nas primeiras décadas do século XX. El Saadawi (2001: 9-22; 2002) explora as reconfigurações da segregação sexual junto às famílias rurais e aponta seus reflexos para o processo de socialização na infância e no interior dessas famílias. Nesse ensejo, a autora destaca o desenvolvimento de direitos e deveres diferenciados entre mulheres e homens como uma espécie de consequência da manutenção de ideias acerca do domínio masculino e do estabelecimento da interpretação masculina e patriarcal da religião como hegemônica.

Com relação à cultura egípcia e árabe, considerando que diversas práticas culturais e sociais lá assistidas também estavam presentes em outros países, como Sudão, Tunísia, Jordânia e países do Golfo Pérsico, a autora aponta a necessidade de discutir e atualizar o que denomina noções “distorcidas de feminilidade, beleza e amor” (El Saadawi, 2007: 149-184), enfatizando, dessa forma, a necessidade de uma observação crítica dos valores herdados pela sociedade. Assim, as qualidades positivas valorizadas na história antiga egípcia, tais

pesquisadora egípcia Leila Ahmed (1982: 521-534) também partiu do que denominou percepções etnocêntricas ocidentais acerca do harém para discutir a realidade das populações muçulmanas. Vinson (2008) discute os caminhos da memória, da identidade e da resistência das mulheres árabes ao imaginário ocidental em um artigo acerca das autobiografias produzidas por Nawal El Saadawi e Leila Ahmed. De acordo com Vinson (2008: 78-94) ambas as autoras de origem egípcia convergem no uso da oralidade e da escrita como formas de resistir às narrativas ocidentais a respeito das mulheres muçulmanas, criando o que ela chamou de expansão do poder da narrativa sherazadina, ou seja, o uso da palavra para alcançar um objetivo principal: a sobrevivência.

como a vitalidade, a generosidade e a inteligência deveriam voltar a ser relacionadas ao universo feminino, contrapondo-se a visão distorcida de que a mulher é apenas corpo, isto é, um mero composto de beleza e sexo.

Ao participar de uma conferência no Cairo, organizada em 2005 pela Associação de Solidariedade das Mulheres Árabes (AWSA), El Saadawi (2010) utilizou-se do espaço para discutir os desafios impostos às mulheres da região pela propagação de representações essencialistas da cultura árabe e das mulheres muçulmanas, sobretudo após os eventos de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. De acordo com El Saadawi, a ênfase no aspecto cultural simplificou não apenas a existência de questões econômicas, políticas e sociais relacionadas ao capitalismo global e as relações de poder junto às nações do terceiro mundo, mas também impediu a compreensão das tentativas de mudança estruturais (sociais, econômicas e/ou políticas) em que as mulheres se envolveram em seus respectivos países.

Nesse contexto, a escritora argumenta que a *criatividade* e a *dissidência* foram utilizadas pelas mulheres muçulmanas para *eleva sua consciência*, fazendo com que elas questionassem elementos impostos por uma série de fatores culturais, sociais, religiosos, políticos e econômicos. Assim, nas palavras de El Saadawi:

A criatividade e a dissidência servem às mulheres e suas causas quando elevam a consciência feminina, retiram os véus de suas mentes e aumentam sua resistência contra a violência patriarcal e as desigualdades na família em particular, e na sociedade geral. A criatividade canalizada dessa forma abre o caminho para a mudança; demole estruturas antidemocráticas reacionárias antiquadas; e fortalece os movimentos políticos e sociais alicerçados na luta pela paz, democracia, justiça e igualdade de gênero (El Saadawi, 2010: 73, tradução nossa).

El Saadawi apontou que formas alternativas de agência nos âmbitos religioso e político em busca por direitos, sobretudo junto às leis de família, deveriam continuar a ser desenvolvidas pelas mulheres como um modo de resistência às diferentes maneiras de opressão que atingem sua vida cotidiana.

3. O problema das mulheres muçulmanas em *Reivindicação dos direitos da mulher*: uma mediação cultural

De acordo com a perspectiva teórica de An-Na'im (2007: 305-313) sobre um diálogo intercultural, propusemo-nos a discutir a universalidade dos argumentos acerca da liberdade da mulher na obra *Reivindicação dos direitos da mulher*, de Mary Wollstonecraft, questionando os seus entendimentos sobre a cultura árabe e a religião como elementos que condicionam, quase de forma acrítica, a posição de inferioridade da mulher no Islã a partir das proposições da egípcia Nawal El Saadawi.

O recurso retórico de enfatizar elementos da religião e da cultura como forma de acessar a realidade de uma certa sociedade, considerando os relatos recebidos sobre ela, não é uma exclusividade da obra de Wollstonecraft, dos(as) filósofos(as) e intelectuais de

sua época, sobretudo se observarmos, conforme enuncia Lila Abu-Lughod (2012: 451-463), que esta postura continua sendo utilizada no século XXI para fazer referência à experiência vivida pelas mulheres muçulmanas em diferentes países do Oriente Médio e norte da África, o que esvazia a complexidade que essa experiência possui¹⁵.

Wollstonecraft e El Saadawi apresentam projetos diferentes em escopo e premissas. Wollstonecraft desenvolve seu projeto de liberdade a partir do que ela denomina princípios básicos, cuja implicação é uma alma imortal, dotada de uma razão perfectível e que seja capaz de angariar conhecimento e se tornar virtuosa. Embora tivesse a razão como elemento central de suas discussões, Wollstonecraft não conseguiu transpor a barreira das primeiras impressões relacionadas aos preconceitos derivados de uma cultura europeia, imperialista e cristã-protestante em que estava inserida. Dessa forma, é possível argumentar que seu ideal de independência falha ao pensar a condição das mulheres orientais. Isso porque, ao adotá-las como contraexemplo, Wollstonecraft difunde estereótipos orientalistas que não contribuem para a promoção da liberdade feminina.

El Saadawi, por sua vez, tinha como ponto de partida as visões ocidentais distorcidas da religião islâmica e da cultura, bem como a proliferação de discursos internos que enfatizavam uma vertente tradicionalista da religião e a utilizam para justificar práticas sociais, políticas e econômicas que perpetuavam a opressão feminina. El Saadawi propõe um exame crítico da interligação entre religião, política e sexualidade.

Apesar dos diferentes contextos, apresentamos pontos de contato entre a teoria de Wollstonecraft e El Saadawi, sobretudo no que diz respeito às percepções dos efeitos sociais, políticos e econômicos da opressão masculina sobre elas, em suas respectivas sociedades, e ao questionamento de construções ideais de feminilidade. A preocupação das autoras com relação ao tratamento dispensado às mulheres reforça a importância das discussões acerca da independência feminina, bem como dos elementos relacionados a esse processo social e político. Somente quando transpormos as barreiras dos preconceitos culturais e aderirmos à escuta e ao diálogo, poderemos buscar, ainda que de maneira utópica, uma ideia de universalidade na diferença.

Bibliografia

ABU-LUGHOD, Lila. "As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação?: reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus outros". *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 451-470, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200006>

AHMED, Leila. "Western Ethnocentrism and Perceptions of the Harem". *Feminist Studies*, College Park, v. 8, n. 3, p. 521-534, 1982. <https://doi.org/10.2307/3177710>

¹⁵ A antropóloga Lila Abu-Lughod (2012) discute em profundidade as contradições do discurso ocidental, principalmente norte-americano, que se utilizou de entendimentos simplistas acerca da religião islâmica e da cultura árabe para elaborar uma justificativa para sua atuação no Afeganistão: a causa da mulher. Esse discurso reforçou estereótipos acerca da posição da mulher muçulmana como um não-agente em suas respectivas sociedades e elevou a suposta oposição moral e cultural entre Ocidente e Oriente.

AL-RAWI, Ahmed K. "The Portrayal of the East vs. the West in Lady Mary Montagu's Letters and Emily Ruete's Memoirs". *Arab Studies Quarterly*, San Bernardino, v. 30, n. 1, p. 15-30, 2008.

AN-NA'IM, Abdullahi A. "Human Rights and the Imperative of Cross-Cultural Dialogue an Islamic Perspective". In GOLDEWIJK, Berma K. (ed.). *Religion, International Relations, and Development Cooperation*. Wageningen: Wageningen Academic, 2007, p. 305-319.

BADRAN, Margot. *Feminism in Islam: Secular and Religious Convergences*. Oxford: Oneworld, 2009.

BOTTING, Eileen Hunt. "The Problem of Cultural Bias". In BOTTING, Eileen Hunt. *Wollstonecraft, Mill and Women's Human Rights*. New Haven and London: Yale University Press, 2016, p. 155-203

CAHILL, Samara A. "Powers of the Soul: Wollstonecraft, Islam and Historical Progress". *Assuming Gender*, Cardiff, v. 1, n. 2, p. 22-43, 2010. <http://doi.org/10.18573/ipics.43>

EL SAADAWI, Nawal. *A face oculta de Eva: as mulheres do mundo árabe*. 2. ed. São Paulo: Global, 2002.

EL SAADAWI, Nawal. *Memoirs of a Woman Doctor*. San Francisco: City Lights, 2001.

EL SAADAWI, Nawal. *The Hidden Face of Eve: Women in the Arab World*. London: Zed Books, 2007.

EL SAADAWI, Nawal. *Woman at point zero*. London: Zed Books, 2007.

EL SAADAWI, Nawal. *Women, Creativity and Dissidence*. In NEWSON-HORST, Adele (ed.). *The Essential Nawal El Saadawi: A Reader*. London: Zed Books, 2010, p. 66-77.

ELIADE, Mircea. *História das crenças e das ideias religiosas I: da idade da pedra aos mistérios de Elêusis*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: vol.1 – a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GUEDES, Maria Inês Coimbra. "Galland, autor das 'Mil e uma noites'". *Gragoatá, Niterói*, v. 7, n. 13, p. 131-145, 2002.

HALLDENIUS, Lena. *Mary Wollstonecraft and Feminist Republicanism: Independence, Rights and the Experience of Unfreedom*. Londres & Nova York: Routledge, 2015.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

■ artigo

MAHMOOD, Saba. "Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito". *Etnográfica*, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 121-158, 2006.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio, ou da educação*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

VINSON, Pauline Homsí. "Shahrazadian Gestures in Arab Women's Autobiographies: Political History, Personal Memory, and Oral, Matrilineal Narratives in the Works of Nawal El Saadawi and Leila Ahmed". *NWSA Journal*, Bloomington, v. 20, n. 1, p. 78-98, 2008.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. Tradução Ivania Poucinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *A Vindication of the Rights of Men and A Vindication of the Rights of Woman*. (Janet Todd, Ed.) Oxford: Oxford University Press, 1993.

ZONANA, Joyce. "The Sultan and the Slave: Feminism Orientalism and the Structure of Jane Eyre". *Signs*, Chicago, v. 18, n. 3, p. 592-617, 1993.